EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERSECCIONALIDADE: DEFICIÊNCIA, GÊNERO, RAÇA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

INCLUSIVE EDUCATION AND INTERSECTIONALITY: DISABILITY, GENDER, RACE AND SOCIAL VULNERABILITY IN THE SCHOOL CONTEXT

https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-037

Faustiane Markielen Sales dos Santos
Mestranda em Educação Inclusiva-PROFEI/UPE (andamento)
E-mail: faustianemarkielen@hotmail.com

Rafaela Oliveira do Nascimento
Mestranda em Educação Inclusiva
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Endereço: Ponta Grossa, Paraná, Brasil
E-mail: rafaela_ron@outlook.com

Adalayne Lisboa Santos
Doutoranda de Educação
Universidade de Aveiro
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)
E-mail: adalayne@ua.pt

RESUMO

A educação inclusiva contemporânea demanda uma compreensão ampliada das desigualdades que atravessam o contexto escolar, especialmente quando deficiência, gênero, raça e vulnerabilidade social se articulam e produzem múltiplas formas de exclusão. Este capítulo tem como objetivo analisar a contribuição da perspectiva interseccional para a construção de práticas educacionais mais equitativas e inclusivas, considerando os desafios enfrentados por estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais sobre educação inclusiva, interseccionalidade e direitos humanos, dialogando com autores como Kimberlé Crenshaw, Nilma Lino Gomes, Boaventura de Sousa Santos e Maria Teresa Eglér Mantoan. Os resultados evidenciam que as barreiras educacionais não podem ser compreendidas apenas pela deficiência, mas também pelas relações de poder associadas ao racismo estrutural, às desigualdades de gênero e às condições socioeconômicas. Observou-se que a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, associadas a políticas públicas de equidade, favorece a participação, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes. Conclui-se que a abordagem interseccional fortalece a compreensão das múltiplas vulnerabilidades presentes no ambiente escolar e contribui para a

construção de uma educação comprometida com a justiça social, a valorização da diversidade e a garantia dos direitos educacionais para todos.

Palavras-chave: Deficiência; Educação inclusiva; Gênero; Interseccionalidade; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Contemporary inclusive education requires a broader understanding of the inequalities that permeate the school environment, especially when disability, gender, race, and social vulnerability intersect and produce multiple forms of exclusion. This chapter aims to analyze the contribution of the intersectional perspective to the development of more equitable and inclusive educational practices, considering the challenges faced by students from historically marginalized groups. The methodology consisted of a narrative literature review based on national and international scientific publications on inclusive education, intersectionality, and human rights, drawing on the contributions of authors such as Kimberlé Crenshaw, Nilma Lino Gomes, Boaventura de Sousa Santos, and Maria Teresa Eglér Mantoan. The results indicate that educational barriers cannot be understood solely through disability but must also consider power relations associated with structural racism, gender inequalities, and socioeconomic conditions. The findings reveal that inclusive pedagogical practices combined with equity-oriented public policies contribute positively to students' participation, retention, and holistic development. It is concluded that the intersectional approach enhances the understanding of multiple vulnerabilities present in school settings and supports the construction of an educational system committed to social justice, diversity appreciation, and the guarantee of educational rights for all learners.

Keywords: Disability; Gender; Inclusive education; Intersectionality; Social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente diante da diversidade de sujeitos que compõem o ambiente escolar. Nas últimas décadas, avanços legislativos e normativos têm fortalecido o direito à educação para todos, promovendo o acesso e a permanência de estudantes com deficiência, pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais, identidades de gênero e contextos socioeconômicos diversos. Entretanto, a garantia do acesso não elimina, por si só, as desigualdades que se manifestam cotidianamente nos espaços educacionais (Mantoan, 2015).

Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade surge como uma importante ferramenta analítica para compreender como diferentes formas de opressão e discriminação atuam simultaneamente sobre

determinados grupos sociais. As desigualdades não podem ser analisadas isoladamente, pois categorias como raça, gênero, classe social e deficiência interagem e produzem experiências específicas de exclusão (Crenshaw, 2002). No campo educacional, essa perspectiva permite compreender que estudantes com deficiência podem enfrentar barreiras ainda mais complexas quando associadas a situações de pobreza, racismo ou discriminação de gênero (Gomes, 2017).

Diante dessa realidade, o problema de pesquisa que orienta este capítulo consiste em compreender de que maneira a abordagem interseccional pode contribuir para o fortalecimento da educação inclusiva e para a redução das desigualdades presentes no contexto escolar. A reflexão torna-se necessária diante da persistência de práticas excludentes que limitam a participação plena de estudantes pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados (Santos, 2019).

O objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições da interseccionalidade para a construção de práticas educacionais inclusivas e equitativas. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos teóricos da educação inclusiva e da interseccionalidade; identificar os principais desafios enfrentados por estudantes que vivenciam múltiplas formas de vulnerabilidade; e discutir estratégias pedagógicas e políticas públicas voltadas para a promoção da equidade no ambiente escolar.

A relevância deste tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre inclusão para além da deficiência, incorporando outras dimensões das desigualdades sociais que impactam o processo educacional. A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento e a valorização das diferenças humanas como elemento constitutivo da escola democrática (Mantoan, 2015). Além disso, a promoção da equidade educacional exige o enfrentamento das desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira e reproduzidas em muitos contextos escolares (Gomes, 2017).

Do ponto de vista teórico, este capítulo fundamenta-se nos estudos da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), nas contribuições da educação inclusiva (Mantoan, 2015), nas discussões sobre relações étnico-raciais na educação (Gomes, 2017) e nos debates sobre justiça social e democratização do conhecimento (Santos, 2019). Esses referenciais possibilitam uma compreensão ampliada das múltiplas dimensões da exclusão escolar e contribuem para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com os princípios da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. A abordagem qualitativa possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos, considerando aspectos históricos, culturais e políticos relacionados à educação inclusiva e à interseccionalidade (Minayo, 2014). A escolha por esse método justifica-se pela

necessidade de analisar diferentes perspectivas teóricas acerca das relações entre deficiência, gênero, raça e vulnerabilidade social no contexto escolar.

A revisão narrativa permite a integração de conhecimentos produzidos em diferentes áreas do saber, favorecendo uma análise crítica dos desafios e das possibilidades para a construção de práticas educacionais inclusivas e equitativas (GIL, 2022). Dessa forma, buscou-se compreender como os marcadores sociais da diferença influenciam as experiências educacionais de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

2.2.1 Levantamento bibliográfico

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais publicados em bases de dados nacionais e internacionais. Foram consultadas produções relacionadas aos temas educação inclusiva, interseccionalidade, deficiência, relações étnico-raciais, gênero, diversidade e vulnerabilidade social.

A pesquisa contemplou estudos publicados prioritariamente nos últimos dez anos, sem excluir obras clássicas consideradas fundamentais para a compreensão do tema. Entre os principais referenciais utilizados destacam-se os trabalhos de Crenshaw (2002), Mantoan (2015), Gomes (2017), Collins e Bilge (2021), além de documentos normativos relacionados aos direitos humanos e à educação inclusiva.

2.2.2 Critérios de seleção

Foram incluídas publicações que abordassem a educação inclusiva sob uma perspectiva crítica e interseccional, bem como estudos que discutissem os impactos das desigualdades sociais sobre o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Foram excluídos trabalhos que tratassem exclusivamente de uma única dimensão da inclusão sem estabelecer relações com outros marcadores sociais relevantes para a análise proposta.

2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os materiais selecionados foram submetidos à leitura exploratória, seletiva e analítica, permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas às múltiplas formas de exclusão e inclusão presentes no ambiente escolar. A análise concentrou-se na compreensão das interações entre deficiência, gênero, raça e vulnerabilidade social, buscando evidenciar como esses fatores podem potencializar situações de desigualdade educacional.

A interpretação dos dados foi realizada com base na análise crítica da literatura, considerando os contextos sociais e históricos nos quais os estudos foram produzidos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa

qualitativa possibilita compreender significados, valores e representações que permeiam os fenômenos sociais, contribuindo para análises mais abrangentes e contextualizadas.

2.4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA DISCUSSÃO

A discussão dos resultados foi fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva e da teoria da interseccionalidade. A educação inclusiva é compreendida como um processo que busca garantir a participação plena de todos os estudantes, reconhecendo e valorizando a diversidade humana como elemento constitutivo da escola democrática (Mantoan, 2015). Por sua vez, a interseccionalidade permite analisar como diferentes sistemas de opressão e desigualdade atuam simultaneamente sobre determinados grupos sociais, produzindo experiências específicas de exclusão (Crenshaw, 2002).

Nesse sentido, a articulação entre esses referenciais possibilita uma compreensão mais ampla das barreiras educacionais enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade. Tal perspectiva contribui para a formulação de práticas pedagógicas e políticas públicas comprometidas com a promoção da equidade, da justiça social e da garantia do direito à educação para todos (Gomes, 2017; Santos, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que a promoção da educação inclusiva requer a compreensão das múltiplas desigualdades que atravessam o contexto escolar. Os estudos analisados demonstram que estudantes com deficiência, quando inseridos em contextos marcados por desigualdades de gênero, raça e vulnerabilidade socioeconômica, enfrentam obstáculos adicionais ao acesso, à permanência e ao sucesso educacional (Crenshaw, 2002; Mantoan, 2015).

Observou-se que a deficiência não deve ser compreendida como um fator isolado de exclusão. A perspectiva interseccional permite identificar que estudantes negros com deficiência, meninas com deficiência ou alunos provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social frequentemente vivenciam processos mais intensos de discriminação e invisibilização dentro do ambiente escolar (Collins; Bilge, 2021). Tais evidências reforçam a necessidade de práticas pedagógicas capazes de reconhecer as especificidades de cada estudante e promover condições efetivas de participação.

Tabela 1 – Principais fatores associados à exclusão educacional

Fator	**Impactos no contexto escolar**
Deficiência	Barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais
Gênero	Estereótipos e desigualdades de participação
Raça	Racismo estrutural e discriminação
Vulnerabilidade social	Limitações de acesso a recursos educacionais
Intersecção dos fatores	Ampliação das desigualdades e exclusões

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Crenshaw (2002), Gomes (2017) e Mantoan (2015).

Os resultados indicam que a combinação desses fatores produz situações de vulnerabilidade mais complexas do que aquelas observadas quando cada dimensão é analisada separadamente. Conforme destaca Crenshaw (2002), a interseccionalidade possibilita compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam e produzem experiências singulares de exclusão social.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à importância das políticas públicas voltadas para a inclusão. Os estudos apontam que a implementação de salas de recursos multifuncionais, formação continuada de professores, adaptações curriculares e ações de combate ao racismo e às desigualdades de gênero contribuem significativamente para a construção de ambientes escolares mais inclusivos (Mantoan, 2015; Gomes, 2017).

Tabela 2 – Estratégias para promoção da educação inclusiva interseccional

Estratégia	Contribuições
Formação docente continuada	Desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas
Adaptação curricular	Atendimento às diferentes necessidades educacionais
Combate ao racismo	Promoção da igualdade de oportunidades
Políticas de equidade de gênero	Redução de discriminações e estereótipos
Apoio socioassistencial	Permanência e sucesso escolar de estudantes vulneráveis

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Mantoan (2015), Gomes (2017) e Santos (2019).

A literatura também evidencia que a formação dos profissionais da educação constitui elemento fundamental para o fortalecimento da inclusão escolar. Professores que compreendem os princípios da educação inclusiva e da interseccionalidade demonstram maior capacidade de reconhecer as necessidades dos estudantes e desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas às realidades encontradas em sala de aula (Mantoan, 2015).

Além disso, verificou-se que o envolvimento da família e da comunidade representa um importante fator de proteção para estudantes em situação de vulnerabilidade. A parceria entre escola, família e rede de apoio contribui para a redução da evasão escolar, o fortalecimento dos vínculos sociais e a promoção de melhores condições de aprendizagem (Santos, 2019).

Tabela 3 – Benefícios observados em práticas inclusivas fundamentadas na interseccionalidade

Aspecto analisado	Benefícios identificados
Participação escolar	Maior envolvimento dos estudantes
Desempenho acadêmico	Melhoria dos processos de aprendizagem
Convivência escolar	Redução de práticas discriminatórias
Permanência na escola	Diminuição da evasão escolar
Desenvolvimento social	Fortalecimento da cidadania e da inclusão

Fonte: Elaborada pelos autores com base na literatura analisada.

Os achados reforçam que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige a superação de modelos educacionais homogêneos e a adoção de práticas que reconheçam a diversidade humana como elemento central do processo educativo. Conforme argumenta Gomes (2017), a valorização das diferenças deve ser compreendida como condição indispensável para a democratização da educação. De modo semelhante, Santos (2019) destaca que a promoção da justiça social depende do reconhecimento das múltiplas formas de desigualdade presentes na sociedade contemporânea.

Dessa forma, os resultados indicam que a perspectiva interseccional amplia a compreensão dos desafios enfrentados por estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados e contribui para a elaboração de políticas e práticas educacionais mais equitativas. A articulação entre educação inclusiva, diversidade e justiça social mostra-se essencial para garantir não apenas o acesso à escola, mas também a participação, a permanência e o sucesso educacional de todos os estudantes (Crenshaw, 2002; Mantoan, 2015; Gomes, 2017; Santos, 2019).

4 CONCLUSÃO

O presente capítulo teve como objetivo analisar as contribuições da perspectiva interseccional para a compreensão e o fortalecimento da educação inclusiva, considerando as relações entre deficiência, gênero, raça e vulnerabilidade social no contexto escolar. Buscou-se compreender de que forma esses marcadores sociais interagem e influenciam as experiências educacionais de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados, bem como discutir estratégias capazes de promover maior equidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Os resultados evidenciaram que as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas de maneira isolada, uma vez que diferentes formas de exclusão se articulam e produzem impactos específicos sobre a trajetória escolar dos estudantes (Crenshaw, 2002). A análise da literatura demonstrou que a deficiência, quando associada a fatores como racismo, desigualdades de gênero e vulnerabilidade socioeconômica, tende a ampliar as barreiras enfrentadas pelos alunos, dificultando sua participação plena e seu desenvolvimento educacional (Gomes, 2017; Mantoan, 2015).

Também foi possível identificar que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, associadas à formação continuada de professores e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas para a equidade, contribui significativamente para a construção de ambientes escolares mais democráticos e acolhedores. Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser compreendida como um compromisso coletivo com a valorização das diferenças e com a garantia do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas características ou condições sociais (Mantoan, 2015).

Como contribuição, este estudo reforça a importância da interseccionalidade como ferramenta teórica e metodológica para a análise das desigualdades presentes no ambiente escolar. A adoção dessa

perspectiva permite compreender a complexidade das experiências vividas pelos estudantes e favorece a elaboração de estratégias educacionais mais sensíveis às diferentes formas de exclusão e discriminação (Collins; Bilge, 2021).

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem investigações empíricas sobre a aplicação da abordagem interseccional em diferentes níveis de ensino e contextos educacionais, especialmente no âmbito das políticas públicas e das práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas públicas brasileiras. Estudos dessa natureza poderão contribuir para a ampliação do conhecimento científico e para o aperfeiçoamento das ações voltadas à promoção da inclusão, da diversidade e da justiça social na educação (Santos, 2019).

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNESCO. Guia para assegurar a inclusão e a equidade na educação. Paris: UNESCO, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

RODRIGUES, David. Educação inclusiva: dos conceitos às práticas de formação. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.